

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO CÁVADO 23 DE ABRIL DE 2025 ATA Nº 2/2025**

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, a Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado. Estiveram presentes 21 (vinte e um) dos seus membros. Considerando a ausência Secretária da Mesa, Senhora Deputada Elisa Amélia Rodrigues Brandão, infra justificada, foi convidado a integrar a Mesa a Senhora. Deputada Cláudia Patrícia Serapicos Alves. Com esta indicação a Mesa ficou constituída da seguinte forma: na qualidade de Presidente da Mesa, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, na qualidade de Vice-Presidente, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, assessorado pela Secretária, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, nos termos regimentais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-

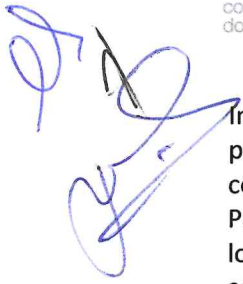
1. Período de Intervenção do Público;
2. Período Antes da Ordem do Dia;
3. Período da Ordem do Dia:
 - 3.1. Ata da reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal do Cávado realizada no dia 17 de fevereiro de 2025 – Apreciação e votação;
 - 3.2. Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano 2024 – Apreciação e votação;
 - 3.3. Segunda revisão ao orçamento de 2025 - Apreciação e votação;
 - 3.4. Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal de 28 de outubro de 2024 - Conhecimento;
 - 3.5. Alteração da Autorização Prévia Genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, concedida pela Assembleia Intermunicipal de 28 de outubro de 2024 - Apreciação e votação

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Mesa declarou aberto o período destinado à intervenção do público. Não se registando qualquer cidadão inscrito para intervir, passou-se ao ponto seguinte. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, Dr. Artur Guilherme Emílio, convidado pela Mesa para dar as boas-vindas. Na sua intervenção, começou por manifestar o seu pesar pelo falecimento do Papa Francisco, sugerindo à Assembleia a apresentação de um voto de pesar. Destacou a dinâmica do concelho de Esposende e a relação de estreita colaboração e parceria com a CIM Cávado, citando projetos emblemáticos, como a requalificação do Forte de São João Batista, a requalificação da Casa Museu Manuel de Boaventura e as intervenções integradas no ciclo urbano da água, que se encontram em fase de candidatura. O autarca aproveitou para defender que a estrutura administrativa do território deve ser repensada, dotando as comunidades intermunicipais de mais competências, de mais responsabilidades e autonomia na gestão de fundos e na gestão do território, realçando a burocracia excessiva das Comissões de Coordenação (CCDR). Exemplificou com o atraso na resposta da CCDR a candidaturas submetidas com enorme esforço pelos técnicos municipais (citando uma submissão feita no dia 30 de dezembro às 16h37), contrastando a celeridade exigida aos municípios com a demora na resposta das entidades centrais. Defendeu que as competências das CIM e das CCDR devem ser repensadas. A proximidade que as Entidades



Intermunicipais têm com as Câmaras Municipais e com os eleitos locais permite uma maior perceção das necessidades dos diferentes territórios e garante também uma atuação mais célere na resolução dessas necessidades e problemas.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Barros (PSD) para apresentar um voto de pesar e louvor pelo falecimento do Dr. Miguel Macedo, ocorrido a 13 de março de 2025. No texto apresentado, o senhor deputado recordou o percurso de Miguel Macedo, nascido em 1959, advogado, e figura de mérito da vida política nacional. Destacou o seu papel como Secretário de Estado da Juventude, Secretário de Estado da Justiça, Líder Parlamentar do Partido Social Democrata e, sobretudo, como Ministro da Administração Interna (2011-2014), onde promoveu a modernização dos meios de proteção civil e o apoio aos bombeiros. Enalteceu o seu caráter de homem simples, discreto, leal e atento aos problemas das pessoas, cuja partida representa uma perda significativa para a região do Cávado, para a região Norte e para o país. Colocado à votação, o voto de pesar e louvor ao Dr. Miguel Macedo foi aprovado por unanimidade, tendo-se procedido a um minuto de silêncio. -----

O Senhor Deputado Otílio Hipólito (PSD) pediu a palavra para apresentar uma intervenção alusiva ao 133.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Esposende. O senhor deputado expôs que, apesar dos apoios municipais (citando um investimento recente de mais de 62.000 euros), existem carências significativas ao nível de equipamentos de proteção individual e veículos. Reconheceu o diagnóstico de necessidades "Cávado 2030" elaborado pela CIM Cávado, que identifica carências na ordem dos 18,4 milhões de euros, dos quais 11 milhões para as corporações de bombeiros. Apelou a que a CIM Cávado reforce o compromisso com a proteção civil, promovendo políticas e investimentos garantindo meios adequados face aos desafios das alterações climáticas. -----

O Senhor Deputado João Nogueira (PS), após articulação com as restantes bancadas, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco. Na sua intervenção, caracterizou o Papa Francisco como uma figura ímpar que marcou a história da humanidade, destacando a sua coragem em enfrentar problemas internos da Igreja, como a pedofilia, e a sua ação diplomática em prol da paz. Descreveu-o como sendo um "homem que veio do fim do mundo" para transformar mentalidades e aproximar a Igreja das pessoas, deixando um legado de humildade e serviço ao próximo. Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade, tendo-se procedido a um minuto de silêncio. -----

O Senhor Deputado Manuel Barros (PSD) pediu a palavra para apresentar uma reflexão política sobre a revisão das diretivas europeias, baseada nos relatórios Letta e Draghi e na carta de missão de Ursula Von Der Leyen. Defendeu que a simplificação administrativa e a redução da carga burocrática são essenciais para a execução dos fundos europeus. Referiu ainda que a revisão das diretivas tem como objetivo reforçar os critérios de sustentabilidade, resiliência social e económica. Propôs três áreas de ação para a CIM: parcerias estratégicas entre municípios, empresas e ensino; simplificação de processos administrativos locais garantindo mais agilidade e proximidade com os cidadãos e as empresas; e promoção de uma economia mais inclusiva e resiliente, apoiando as micro e pequenas empresas. Alertou que a região não pode "ficar para trás" e deve alinhar-se com um ciclo europeu mais verde, digital e justo. -----

O Senhor Deputado João Nogueira (PS) apresentou uma declaração política relativa ao direito de oposição e ao acesso à informação. Relatou que questionou o Secretário Executivo, enquanto membro da Assembleia Intermunicipal, sobre a execução das Cartas Educativas, pois estas são um instrumento de gestão importante dos municípios e da Comunidade Intermunicipal e uma vez que o cronograma de execução previa, para as cartas educativas dos seis municípios e para a carta educativa intermunicipal, que estariam concluídas em dezembro de 2024 e no relatório de gestão indicava a existência de pagamentos parciais já efetuados. Relatou que obteve uma resposta que considerou "indelicada" e burocrática e que não dignifica uma relação que se pautou sempre por uma grande proximidade, remetendo-o para a consulta ao portal Base.gov

e para a Vereadora do Pelouro do Município. O senhor deputado criticou esta postura, contrastando-a com a habitual cordialidade da CIM e exigiu maior transparência, com acesso à informação completa e acima de tudo respeito pelos direitos dos eleitos. Reforçou ainda que ao longo do mandato tem havido uma relação muito próxima, tendo os senhores deputados desta Assembleia Intermunicipal manifestado total disponibilidade para participar em Assembleias Intermunicipais Extraordinárias. Considera, portanto, que deve haver transparência nas respostas e estas devem ser completas. -----

O Senhor Primeiro Secretário do Secretariado Intermunicipal do Cávado, Dr. Rafael Amorim, pediu a palavra para exercer o direito de defesa da honra. Rejeitou as acusações de falta de transparência, afirmando que em 20 anos de serviço público nunca negou informações. Esclareceu ainda que, em resposta ao pedido do senhor deputado, enviou o link direto do portal base.gov que continha toda a informação solicitada, e até com outra informação relevante para a análise do senhor deputado, nomeadamente contratos, datas e aditamentos. Explicou que remeteu as questões específicas de conteúdo para a Vereadora Carla Sepúlveda, por serem questões relacionadas com matérias geridas diretamente pelo Município de Braga, pelo que considera que agiu com correção e zelo. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. Ata da reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal do Cávado realizada no dia 17 de fevereiro de 2025 – Apreciação e votação. Após dispensa da leitura da ata, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade, foi o conteúdo da ata colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 7 (sete) abstenções. -----

3.2. Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano 2024 – Apreciação e votação. O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim, a apresentação do documento. O Dr. Rafael Amorim fez uma exposição detalhada das atividades de 2024, destacando: A gestão do Norte 2030 (contrato de desenvolvimento e coesão territorial de 13 milhões de euros); Na Educação: a transição dos projetos PIICIE para o PIPSE, destacando o projeto Robotic, as cartas educativas e o planeamento de ofertas de qualificações de tipo intermédio; No Ambiente: destacou o projeto NBRACER, o canal interceptor em Esposende, os projetos de recolha de biorresíduos e o projeto inovador "Agrivoltaico" em Vila Verde (instalação de painéis fotovoltaicos em estruturas agrícolas), considerado uma boa prática pela Comissão Europeia; No Território, Florestas e Proteção Civil: destacou o projeto BUPI, a articulação da proteção civil ao nível das NUTS III, o papel da CIM no planeamento e a criação de um Acordo Quadro pioneiro para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), permitindo às autarquias comprar a preços mais competitivos, além da expansão da videovigilância no Parque Nacional Peneda-Gerês; Na Área Social: destacou a continuação do projeto de apoio à vítima e o projeto FAMI; Nos Transportes: destacou a importância do trabalho desenvolvido pela equipa da Autoridade de Transportes, realçando ainda as dificuldades de gestão da concessão e a complexidade administrativa, exemplificando com o atraso de meses na obtenção de visto do Tribunal de Contas para a linha Braga - Porto; Ao nível da análise da execução financeira destacou que é feita uma gestão muito cuidada e equilibrada. Referiu ainda que toda a gestão financeira é uma gestão muito contida tendo em atenção que as receitas são apenas oriundas do Orçamento de Estado, Quotas dos Municípios e Assistência Técnica, enquanto Organismo Intermédio. -----

Seguiu-se o período de discussão: -----

O Senhor Deputado Manuel Barros (PSD) interveio para elogiar o relatório, destacando o esforço coletivo e a gestão financeira prudente e eficiente. Referiu a eficácia na gestão das receitas e a preocupação com a contenção da despesa, apresentando-se evidente um desempenho orçamental equilibrado. Apresentou dados concretos da análise: Receita global de cerca de 9,35 milhões de euros (taxa de execução de 80%); Despesa global de 8,82 milhões de euros (execução de 66%); Um saldo de gerência de cerca de 526 mil euros, relativamente às operações não

orçamentais, apresentaram um saldo positivo de 11, 9 milhões, pelo que, considerando estes valores, o saldo global de gerência a transitar para o ano económico de 2025 é de cerca de 12,4 milhões de euros. Concluiu afirmando que o exercício reflete uma gestão sólida, sem recurso a endividamento externo e com cumprimento rigoroso dos prazos de pagamento. -----

O Senhor Deputado João Nogueira (PS) referiu que, sendo este o último relatório do mandato, importa refletir num conjunto de atividades que foram desenvolvidas e que mereceram ao longo dos anos, por parte do grupo intermunicipal do Partido Socialista a sua aprovação. Reconheceu o trabalho realizado apesar da "fragilidade política" da entidade intermunicipal e a dependência da CCDRN, que descreveu como estando "entre a rocha e o mar" (entre os municípios e a CCDR). Considera que as CIM deviam ser o posto intermédio para a regionalização. Reconheceu o trabalho da equipa da CIM do Cávado no acompanhamento de projetos intermunicipais. Valorizou os sucessos na área dos Transportes (essenciais para a coesão), da Proteção Civil, nomeadamente, o investimento em videovigilância. Evidenciou ainda os projetos na área social e a capacitação dos trabalhadores dos Municípios. No entanto, apontou a necessidade de desenvolver mais o setor do Turismo de forma profissional, considerando que, numa região que vai do litoral até à alta montanha, todo este potencial devia ser mais explorado, mas também reconhecendo que isto não depende só da CIM do Cávado. Referiu a questão da Carta Educativa, lamentando que o cronograma financeiro indique pagamentos (36 mil euros) sem a conclusão visível do processo em todos os municípios. Declarou o voto favorável do PS, dando liberdade de voto aos seus membros. -----

Colocado à votação, o Relatório de Gestão e Contas de 2024 foi aprovado por maioria, com 1 (uma) abstenção da CDU. -----

3.3. Segunda revisão ao orçamento de 2025 – Apreciação e votação. Após dispensa da leitura da proposta, o Senhor Deputado João Nogueira (PS) tomou a palavra para questionar o aumento expressivo do valor do orçamento, referindo que a alteração integra saldos e transferências que elevam o montante global para valores muito superiores aos 9 milhões iniciais. Solicitou explicações concretas sobre o aumento de rubricas específicas, nomeadamente: Despesas de representação (de 10.000€ para 17.000€); Deslocações e estadias (aumento de 41.500€ para 46.500€); Transportes (de 1,9 milhões para 3,1 milhões); Subsídios a privados (de 2,9 milhões para 11,4 milhões de euros). Considerou que a falta de previsibilidade e estes aumentos exigiam uma justificação cabal. -----

O Senhor Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim, pediu a palavra para esclarecer que o aumento orçamental se deve quase exclusivamente à área dos Transportes, que depende de transferências do Fundo Ambiental e do Governo (como o programa "Incentiva +TP" e passes sub-23), cujos valores exatos só são comunicados durante o ano. Explicou que a rubrica "Subsídios a privados" refere-se aos pagamentos devidos aos operadores rodoviários concessionários e não a subsídios discricionários. Referiu ainda a necessidade de incorporar verbas para pagar défices de exploração de Braga e Barcelos, que aguardam clarificação do IMT. O ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por maioria, com 4 (quatro) abstenções do PS e 1 (uma) abstenção da CDU. -----

3.4. Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal de 28 de outubro de 2024 – Conhecimento. Após a dispensa da leitura da listagem, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade, e não havendo questões, a Assembleia tomou o devido conhecimento. -----

3.5. Alteração da Autorização Prévia Genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Apreciação e votação. Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Quando eram cerca das vinte e três horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, agradecendo a colaboração de todos e desejando felicidades aos senhores deputados

presentes, dado o aproximar do final do mandato. Ao abrigo de autorização deliberativa do plenário, aprovada por unanimidade, foram conferidos poderes à Mesa para elaborar, aprovar e assinar a presente minuta. -----

Esposende, 23 de abril de 2025

O Presidente da Mesa:

O Vice-Presidente da Mesa:

O Secretário:

Handwritten signatures in blue ink:
1. *M. J. ...*
2. *Alexandrina ...*
3. *Lea de ...*

